

CANDIDO MENDES *

Somos o país do milagre. Hoje, também o do caos de segunda mão. E da desgraça desnecessária. Crise nascida da patranha dos homens e não da fatalidade de seus conflitos. Da imprevisibilidade contumaz do presidente como da perda da crença mínima dos governantes. Caos de segunda, a ter saída baratíssima: a do "choque de confiabilidade", que nasce agora tão-só do voto e da recomposição nas urnas do capital político do país. Claro, demos todo o crédito, ainda, à última batalha do reformismo possível às elites brasileiras. Ninguém para administrá-la melhor do que o primeiro dos "Reis Filósofos", Fernando Henrique. Vamos à esperança toda, no jogo da undécima hora e da paciência máxima dos acordos de par com a visão clara dos Rubicons e do governo contra a parede para entregar o país ao pleito de 94.

Mas o que nos mostram os primeiros dias da racionalidade à obra, de Fernando Henrique? Concordou o ministro, de saída, com o aumento do funcionalismo no meio-a-meio do bom moço e assentar-se na cadeira enfim do governo econômico-financeiro do país. Manteve intacta a máquina fazendária do "abracadabra" da Zona da Mata, e da bobagem recorrente, hoje expressamente reconhecida pelo país, na "quota pessoal" dos amigos e facécias de Itamar. Dê-se a Fernando Henrique o desconto de poder esquentar a cadeira para as grandes decisões. Mas eis-nos diante das primeiras concessões já inquietantes, senão desarvoradoras. Sabemos todos o quanto as urgências urgentíssimas de abate da inflação amarram-se a uma real política de contenção de gastos públicos e sobretudo à primeira trava, no despilfarro dos gastos estaduais. Não é outro o ninho mesmo dos gastos estêreis e das formações das caixas para o situacionismo de todo o sempre engordado em ano pré-eleitoral. O funcionamento invertido ainda do nosso federalismo econômico leva o desmando estadual a se transformar em dívida boa e pagável pelo Banco

Central. Instala-se nestes bastidores interligados a ciranda financeira, alegre e letal, a nos levar às finanças do Coelho Falante e do Reino da Dama de Espadas de *Alice no País das Maravilhas*, como vem de reconhecer a assessoria de Fernando Henrique. "Se a inflação baixasse a menos de 10% ao mês estourariam todos os bancos estaduais do país." Prometeu-nos de saída Fernando Henrique que forçaria o aumento de 7 para 9% do emprego das rendas líquidas destes supernúcleos geradores de inflação para amortizar o débito federal e repor o país nos trilhos, sem choques nem mirabolâncias. Mas desde já dê-se o dito pelo não dito, tudo como dantes, em mais conversas, sofás e cafezinhos, no passar-se a xicara da "quota de sacrifício". Sinapismos e passifloras em vez de corte e da repressão real do gasto. Claro, Joaquim Roriz à frente, partamos primeiro à caça das borboletas da sonegação. E de logo ao páramo de todas as desventuras em desfecho definitivo e lustral: a revisão da Carta Magna. Latifúndio para a última utopia das elites, usurpação boa do poder constituinte pelo fim da festa do Congresso, loteamento da vontade popular por metade mais um dos parlamentares, de garfo e faca sobre o petisco novo, ao invés de implementarem, primeiro, a Carta do mandato histórico da nação, de 88.

Entrementes, passa-passa-gavião, aguardemos a regulamentação do IPMF; o ajuste fiscal; o acordo, de vez entre o Congresso e o Executivo, para o corte orçamentário que doa um pouquinho e reduza a gamela dos favores clientelistas dos deputados, apertando o cinto da arrelia eleitoral. Contra o caos de segunda aí está um Brasil de primeira que consegue — apesar do governo — crescer de 4.3% do PIB neste trimestre sobre o ano anterior. Ou, bolha de consumo ou não, criar um mercado comprador para a nossa indústria estremunhada. Mas a trégua é pouca, cobrando-se logo as soluções do primeiro "faz-de-conta" de Itamar: Antonio Britto poderá continuar a fazer a felicidade dos aposentados se renunciarmos de vez ao reequipamento hospitalar e

ao funcionamento mínimo da máquina da saúde, diante dos braços atarantados de Jamil Haddad. O caos de segunda mão cobra à conta, ainda que pelo reembolso postal orçamentário. Mas, sirva-nos o consolo, sua solução é diversa de novas sangrias do contribuinte, ou das moratórias internacionais, ou dos confiscos financeiros heróicos. O último serviço talvez do Brasil das elites de todo o sempre seria o de denunciar-se de vez ao país, quem perde e, sobretudo, quem ganha com a inflação. A negociação eximia de Fernando Henrique poderá nos levar a empurrar o Congresso ao paredão histórico, culpado da perda do momento do *impeachment*, como transformador político de um país capaz da mobilização cívica necessária à efetiva derrubada da inflação. Ou seja, de um clima político em que o povo se dispusesse ao sacrifício deste esforço, por acreditar no seu rateio, democrático e igualitário. O que hoje vemos como insolúvel nasce dos nós cegos ou do Dédalo das conviências com "tudo que está aí". O choque político fica para 94, defletido e severo, pela mudança dos "olhos de ver" o governo, menos por uma plataforma alternativa, que pela real mudança de quadros de decisão. E já temperados por prévia campanha presidencial, e um amplo diálogo com o Brasil de todas as marginalidades, que enseja uma proposta como a do PT. De intermédio fica a ponte pênsil do superministro tucano em que ainda transita a interrogação: chegou ou não atrasado o reformismo de que ainda seja portadora a *intelligentsia* no governo? Do seu êxito ou fracasso fica-nos, de qualquer maneira, uma vantagem inestimável para a tomada de consciência nacional. A de sabermos até onde o Congresso hoje é, ainda, o da derrubada do Príncipe Negro. É a fatalidade histórica dos "Reis Filósofos" saber sempre quem são os "inimigos do povo". Torne contundente esta verdade, pelo que pode sempre a lucidez, mesmo não logre finalmente a proeza, Fernando Henrique.

* Secretário-geral da Comissão Brasileira Justiça e Paz, presidente do Conselho Superior de Ciências Sociais-Unesco, e membro da Academia Brasileira de Letras.